

A Conquista de Tavira aos Mouros: uma reconstituição crítica

The Conquest of Muslim Tavira by the Portuguese: a critical reconstruction

ANTONIO CASTRO HENRIQUES

Universidade do Porto, Faculdade de Economia

ahenriques@fep.up.pt

<https://orcid.org/0000-0003-2796-374X>

Texto recebido em / Text submitted on: 02/10/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 16/07/2021

Resumo. Este trabalho propõe uma reconstrução crítica da conquista cristã de Tavira. De acordo com a fonte narrativa mais antiga (a *Crónica de Portugal de 1419*), este acontecimento deu-se em 1242 e foi uma consequência acidental do massacre pela população muçulmana dos ditos “Sete Mártires” de Tavira (seis freires de Santiago e um mercador). Recorrendo a materiais novos e outros há muito conhecidos, o artigo propõe que Tavira tenha sido ocupada na sequência de uma campanha a 11 de junho de 1239, enquanto que o “Martírio” ocorreu num dia 9 de julho, cerca de uma década depois, possivelmente em resultado de um confronto entre a população de Tavira e cavaleiros castelhanos de Santiago. Estas propostas e datas constituem contributos importantes para três áreas: a crítica da *Crónica de Portugal de 1419*, o estabelecimento de uma sequência fiável dos acontecimentos militares e a memória e identidade da sociedade criada pela Reconquista.

Palavras-chave. Reconquista, Paio Peres Correia, Algarve, Tavira.

Abstract. This article provides a critical reconstruction of the events surrounding the Christian conquest of Tavira. According to the earliest narrative source (the *Crónica de Portugal de 1419*), the capture of Tavira was the unintended result of the massacre of six friar-knights and a devout merchant (the “Seven Martyrs of Tavira”) at the hands of the Moorish populace on 9th of July 1242. Drawing off both new and well-known materials, the author concludes that the source conflated two distinct events: the capture of Tavira by a Portuguese a military campaign on the 11th of June 1239 and an engagement between the Castilian friar-knights and the Christian population of Tavira, some ten years later. The article also discusses the implication of these conclusions for three different areas: source criticism, the sequencing of the military events and the identity and memory of the society born out of the *Reconquista*.

Keywords. Reconquista, Paio Peres Correia, Algarve, Tavira.

Introdução

Uma das narrativas mais pormenorizadas da *Crónica de Portugal de 1419* (CP1419) descreve a conquista de Tavira por Paio Peres Correia, Mestre de

Santiago. Segundo a fonte, começava o verão de 1242 quando os mouros de Tavira, vendo que não conseguiam expulsar de Cacela os cavaleiros do Mestre e temendo a devastação das suas colheitas, acordaram com os cristãos uma trégua até o S. Miguel de Setembro. Porém, a 9 de julho, o comendador-mor junto de cinco freires cavaleiros ofendeu os muçulmanos por ter atravessado a praça da vila a caminho de uma sessão de falcoaria no Campo das Antas. Num movimento espontâneo, a população com armas improvisadas massacrou os cavaleiros bem como Garcia Rodrigues, um mercador que por ali passava e que preferiu abandonar as suas fazendas para morrer junto com eles. Avisado, o Mestre chegou demasiado tarde para salvar os seus correligionários mas ainda a tempo de perseguir a moirama que, fugindo para a vila, deixou um postigo aberto por onde entraram os cristãos. Assim caiu a principal praça do Sotavento, “lugar grande e poderoso de gentes”, que semanas antes quase vencera Paio Peres numa batalha campal. Em comemoração deste “Martírio”, o Mestre mandou construir um monumento onde constavam os nomes dos cavaleiros e do mercador.

Que crédito merece esta narrativa? Para Herculano, esta era uma das “vagas lendas” da chamada “Crónica da Conquista do Algarve”. É certo que o grande historiador desconhecia a existência da *CPI1419* e teve apenas acesso a um texto de tradição manuscrita incerta (MOREIRA 2013: 278) editado em 1792. Ainda assim, o juízo de Herculano não parece demasiado severo quando se analisa criticamente este episódio. A conquista acidental de uma praça de primeira ordem e a morte exemplar de Garcia Rodrigues, um mercador que colaborara com Paio Peres e que por acaso também passava pelas Antas no exato momento do massacre, desafiam a credulidade do historiador. Por sua vez, a crítica externa encontrou uma incompatibilidade entre a data indicada para a conquista de Tavira (julho de 1242) e a presença de Paio Peres Correia em Portugal. Por fim, López Fernández (2013: 174) mostrou que os “mártires” ainda estavam vivos depois de 1244, ano da doação de Tavira à Ordem que é o *terminus a quo* da data da conquista.

A historicidade do episódio é duvidosa. Contudo, como reconhecem diferentes autores que partiram de bases textuais mais firmes do que Herculano (por todos, OLIVEIRA 2014), os relatos das campanhas do Algarve contêm elementos de comprovada historicidade e, como tal, não podem ser remetidos à insignificância. Como Luís Filipe Oliveira formulou de modo lapidar, urge “uma análise mais atenta da Crónica, que recupere os outros testemunhos textuais e a confronto com toda a documentação conhecida, para avaliar a fidelidade da narrativa” (OLIVEIRA 2014: 97). Ao analisar criticamente as fontes disponíveis relativas à conquista de Tavira, este trabalho é, esperamos, um passo neste caminho.

O artigo parte de uma análise crítica à data da conquista, começando pela questão do dia (secções 1 e 2) e avançando depois para o ano (secções 3 e 4). As conclusões obtidas nesta primeira parte permitirão avançar para a crítica do episódio do Martírio e lançar hipóteses explicativas (secções 5 e 6). Por fim, na secção 7, relaciona-se a referida narrativa com a “memória social” de Tavira nos séculos XIII e XIV que lhe deu origem. As Notas Finais (secção 8) sintetizam os principais contributos deste trabalho em três áreas diferentes: história militar, a crítica da Crónica de 1419 e a memória da Reconquista.

1. O Dia da Conquista: o problema

A *CP1419* afirma que Tavira caiu às armas cristãs a 9 de julho de 1242 (*Crón. Port.*, cap. 85), no que é acompanhada pelas fontes mais antigas provenientes de Uclès que datam deste dia a morte dos Sete Mártires (v. Tabela I). Porém, esta data não coincidia com a consagrada na memória local: Tavira celebrava o mesmo sucesso no 11 de junho. Segundo o testemunho da visitação de 1518 à igreja de Santa Maria, a tomada da vila aos mouros era comemorada nesse dia com uma “pricicam solepne” a que “o povoo (...) tem muy gramde devaçam” (CORREIA 1996: 207). Uma versão da *CP1419* transcrita no Livro da Câmara por volta de 1620 vai ao ponto de corrigir o seu modelo original neste ponto e insiste no 11 de junho (AMT, *Livro 1º do Registo*, fols. 2-9). Há, por conseguinte, uma diferença entre o dia apontado pelos principais manuscritos da *CP1419* e a tradição textual tavirense (v. Tabela I).

Tabela I – Datas para o Martírio dos Sete

Fonte	Datação da Fonte	Data indicada
Obituários de Uclès	ant. 1247	9 de julho
Crónica de Portugal de 1419	1419 (Ms C, ant. 1600)	9 de julho era de mil iic lxxx
	1419 (Ms P, c. 1600)	9 de julho de lxxx
Visitação da Ordem a Tavira	1518	Dia de São Barnabé [11 de junho]
Crónica da Conquista do Algarve	sécs. XVI-XVII	11 de junho dia de S. João Barnabé da era de mil duzentos e quarenta e dois
Livro Antigo da Câmara	ant. 1622	11 de junho, dia de S. Barnabé da era de 1280

Fontes. AHN, Cód. 236-B, fol. 125; Cód. 931-B, fol. 42; *CP1419*: 153 e MOREIRA 2013: 33-39; CORREIA 1996: 207; MACHADO 1979: 10 e MOREIRA 2013: 277-9; Arquivo Municipal de Tavira, *Livro 1º Antigo da Câmara*, fols 2-9 e MOREIRA 2013: 277, nota 504.

Por estar atestado em testemunhos mais antigos, o 9 de julho parece preferível. No entanto, não se pode ignorar a celebração do 11 de junho pelos tavienses. Assinalar o dia da conquista aos mouros implicava celebrar a própria fundação da comunidade. Era desse momento fundacional que decorriam os direitos sobre a terra, as leis a que obedeciam e o seu enquadramento paroquial e religioso. A conquista era o momento da *povoação*, para utilizar o termo contemporâneo que sintetiza estas noções. Num curioso episódio conservado pela *CP1419*, Afonso XI de Castela cercava Tavira em 1336 quando avistou sete espectros. Assustado, falou ao guardião do convento franciscano da vila que, sendo “homem antygo bem lembrado da povoação da terra”, lhe esclareceu que as visões eram dos Sete Mártires que tutelavam as muralhas da vila (*Crón. Port.*, 257). Vivamente consciente das suas origens, Tavira recordava que a conquista se dera a 11 de junho. Corretamente, como se verá.

2. O Dia da Conquista: *Lux ex Uclés*

Os materiais mais antigos sobre a conquista de Tavira são as fontes necrológicas oriundas de Uclés, sede da Ordem de Santiago. Trata-se de dois códices conservados no Arquivo Histórico de Madrid, já referidos por Manuel López Fernández (2010: 96). O primeiro é uma cópia anotada seiscentista do necrológio perdido chamado *Kalenda del Convento de Uclés*. Esta cópia integra uma coletânea intitulada *Opúscula varia de la Orden de Santiago*, atribuída ao erudito cronista da Ordem José López de Agurleta (*floruit* 1691-1731). O segundo códice é chamado *Calendário*, porque contém um Calendário Romano, transcrito talvez no final do século XV, ao qual uma mão seiscentista acrescentou vários óbitos de figuras relacionadas com a Ordem de Santiago. É muito provável que ambos os textos tenham retirado a informação necrológica do perdido obituário conventual de Uclés. Para a questão de Tavira, os textos são praticamente idênticos, sugerindo uma origem comum.

Cada uma destas fontes contém duas referências claras a Tavira que aqui se transcrevem a partir da versão da *Kalenda* [K]. Esta lição é preferível por ser mais antiga e por o compilador desta versão distinguir e ordenar por ordem cronológica crescente as diferentes adições ao manuscrito, ao invés do escrivão do *Calendário* [C]. Segundo os obituários, a 12 de junho, os freires de Uclés deviam rezar missas por:

1 Occisi sunt pro Christi nomine apud Taviram in conflictu v fratres cum magna [C: innumberabili] fidelium multitudine et obiit bone memorie Dominus Lupus Cordubensis episcopus 2 [...] (AHN, Uclès, Cód. 236, fol. 124v)¹.

Este acontecimento não se refere ao Martírio dos Sete. Esse encontra-se no mês seguinte, precisamente no dia 9 de julho:

1 Obiit frater Garsias Munionis 2 et occisi sunt apud Taviram pro Christi nomine Domnus Petrus Petri quondam comendator [C: Petri comendator] de Secura, et Beltranus Ochova, et Alvarus Garsie et Durandus Blasii et alii tres fratres 3 et obiit Laurentius Martinez 4 et Petrus Rodriguez (AHN, Uclès, Cód. 236, fol. 125)².

É sem dificuldade que se reconhece na celebração “2” do dia 9 de julho a narrativa da *CP1419* sobre o martírio dos cavaleiros de Santiago, bem como a data indicada para a conquista de Tavira. Se o evento de 12 de junho parece mais misterioso é apenas porque a data está errada. Como notou o cuidadoso editor Agurleta, no mês de junho as datas estão sistematicamente adiantadas um dia: por exemplo, as mortes de Rodrigo Ximenes de Rada (10 de junho) e de Sancho de Navarra (27 de junho) estão na fonte assinaladas um dia depois. Assim, a morte daqueles cinco freires de Santiago e de grande número de cristãos ocorreu no 11 de junho, precisamente o dia celebrado em Tavira como o dia da conquista.

As datas comemoradas nos necrológios não contêm os anos. No entanto, visto pertencer à redação “1”, o evento de 12 de junho é necessariamente anterior ao de 9 de julho, que só surge na redação “2”. É possível acrescentar alguma precisão e dizer que o primeiro evento não pode ter ocorrido depois de 1247. Com efeito, as últimas notícias datáveis da redação “1” são do ano de 1246 ou de 1247³.

Por se referir ao dia 11 de junho, pode-se assumir que a notícia da morte *in Christo nomine* de cinco freires junto com muita outra gente é relativa a uma conquista de Tavira. Se a notícia tivesse qualquer outra data, poderia ser relativa a um dos vários confrontos narrados nos capítulos 82 e 83 da *CP1419* perto de Tavira, como as refregas no Cabeço do Mestre ou do Furadouro. Contudo,

¹ Em português: “1 Em nome de Cristo morreram em combate acerca de Tavira cinco freires com grande multidão de fiéis e morreu D. Lopo, bispo de Córdova 2”.

² Em português: “1 Morreu Garcia Munhoz 2 e pelo nome de Cristo morreram acerca de Tavira D. Pedro Peres, outrora comendador de Segura, Beltrão Ochoa, Álvaro Garcia, Durão Brás e três outros freires 3 e morreu Lourenço Martins 4 e Pedro Rodrigues”.

³ Agurleta indica que “este livro se comenzo em 1245” (AHN, Uclès, Cód. 236, fol. 133v). No fol. 127v lê-se que determinado personagem “murio em 1246 o en el seguinte respecto que la primera letra de la Kalenda no pasa de estes años”.

a coincidência entre a bem atestada data da comemoração da conquista da vila e a do obituário obriga a que se considere que Tavira não caiu em mãos cristãs na sequência do Martírio, mas sim após um grande combate em que participou uma numerosa hoste cristã e em que a Ordem teve uma participação considerável, como revelam as baixas sofridas. Fica assim claro que Tavira foi mesmo conquistada num dia 11 de junho anterior a 1247. Mas de que ano?

3. O Ano da Conquista: Problema

Os dois manuscritos da *CP1419* e a tradição textual algarvia afirmam que o ano da conquista foi o de 1242 (v. Tabela I). Não se trata de um possível erro de copista porque o próprio autor deixa explícito que a conquista de Paio Peres aconteceu “três anos antes de Afonso III ser nomeado regente”, ou seja, em 1245 (*Crón. Port.*, cap. 80). Uma vez que não aparece referida na Visitação de 1518, cuja principal fonte é a inscrição sepulcral dos Mártires, é provável que a data seja mesmo fruto do trabalho historiográfico do cronista de 1419, bem inserido na corte régia (MOREIRA 2013: 96)⁴. Como se percebe pela menção no texto à data e local da morte do mestre (*Crón. Port.*, 160), o cronista procurou referências cronológicas para situar no tempo as narrativas que recolhera sobre o Algarve. A associação do martírio à conquista pode ter sido suscitada pela própria inscrição do monumento funerário que, em 1518, é assim glosada: “Martires com cuja morte se ganhou esta cidade de Tavilla aos Mouros que ha entam tinham pollo Mestre Dom Payo Pyrez Correa que nesse tempo era Mestre” (CORREIA 1996: 182).

Porém, uma conquista em junho de 1242 é incompatível com o itinerário e, sobretudo, com as funções de Paio Peres Correia. Ao ser eleito comendador de Uclés, no Capítulo reunido em León em dezembro de 1241, Paio Peres tornou-se responsável pelas forças santiaguistas no Reino de Castela no auge do seu esforço reconquistador (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 67). Não só o cargo assumido por Paio Peres por si só impede a possibilidade de ter liderado forças cristãs no Sotavento em 1242 como o seu itinerário, que não contém grandes lacunas (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 648-51), é incongruente com esta hipótese. Eleito comendador em León, Paio Peres foi para Valladolid e, como mostra um documento da Torre do Tombo, cercava Orihuela a 4 de março de 1242⁵, de onde seguiu provavelmente para Chinchilla, que caiu no

⁴ Desta crónica terá passado a data para a tradição tavirense expressa primeiro no Livro Antigo da Câmara, pois em 1518 já se conhecia em Tavira uma *Carónica* (CORREIA 1996: 207) que é muito provavelmente a de 1419.

⁵ Note-se que López Fernández entende que Paio Peres está em Oreja, comenda perto de Toledo. No entanto, a data tópica *apud Oreliam* sugere que se trata de uma operação militar contra uma cidade inimiga, o que condiz

mesmo ano às armas cristãs. Daí seguiu para Segura de León que tomou possivelmente em junho de 1242 (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 112). Em julho e outubro do mesmo ano, encontrava-se em Uclés, de onde passou a Burgos e depois para León, onde foi eleito mestre num concílio da Ordem datável de dezembro (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 71, 649).

Enquanto mestre, a disponibilidade de Paio Peres para as operações no Algarve foi ainda menor. Em fevereiro de 1243 encontrava-se com Afonso X a preparar a conquista de Múrcia, demorada campanha que se arrastou até 1245 (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 113-125), já depois do *terminus ad quem* para a conquista de Tavira (a doação por Sancho II em janeiro de 1244 *Sanc. Sec.*, doc. 81; *Liv. Cop.*, doc. 96). De resto, a responsabilidade que assumiu na Reconquista castelhana afastavam-no de uma colaboração militar próxima com o rei de Portugal (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 68). Aliás, o efeito visível da passagem de Paio Peres Correia para Castela foi o contrário: a mobilização dos recursos da comenda portuguesa para a Reconquista do reino vizinho. É o que se pode deduzir da presença do comendador de Portugal, Gonçalo Peres Magro, no assalto a Sevilha em setembro de 1248 (SALAZAR 1697: 679).

Desta forma, só é possível aceitar a data de 1242 se, contra a lição da *CP1419* e contra a arreigada e antiga tradição local (CORREIA 1996: 208), excluirmos o protagonismo de Paio Peres Correia na conquista de Tavira. Ora, há argumentos para se considerar que a tradição não errou e que Tavira foi mesmo tomada por Paio Peres quando era ainda comendador de Alcácer. O primeiro encontra-se nos termos excecionais⁶ com que em 1244 Sancho II justifica a doação de Tavira ao mestre de Santiago: “pro amore Domini Pelagii Petri Corrigha magistri ordinis Militie Sancti Jacobi et pro multo bono servitio quod ipse magister fecit.” (*Sanc. Sec.*, doc. 76)⁷. Do mesmo modo, as Alegações da Ordem de Santiago redigidas em inícios do século XIV corroboram a *CP1419* ao afirmar que os santiaguistas atingiram o Algarve a partir de Aljustrel (*Liv. Cop.*, doc. 66), o que só faz sentido enquanto Paio Peres foi comendador de Alcácer. Por fim, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, que é independente das tradições locais e da Ordem, afirma que Afonso III tomou “Faro e outros lugares” enquanto o mestre “tomou o demais do Algarve aos mouros” (MOREIRA 2013: 295)⁸.

com Orihuela, não com Oreja.

⁶ Note-se que a doação de Mértola, em cuja captura Paio Peres não interveio pessoalmente o serviço é coletivo: “multo bono servicio quod mihi fecerunt domnus Pelagius Petri Corrigha comendator de Alcaccer et fratres ejusdem castri Ordini” (*Sanc. Sec.*: doc. 68).

⁷ Ou seja, “por amor a D. Paio Peres Correia mestre da Ordem de Santiago e pelos muitos bons serviços que esse mestre me fez”.

⁸ A expressão “o demais do Algarve” dificilmente teria sentido se se referisse apenas às restantes conquistas indicadas na *CP1419*: os pequenos castelos de Cacela e Estômbar, Paderne e a cidade de Silves.

4. O Ano da Conquista: Solução

A leitura da doação de Cacela, feita em maio de 1240, revela um pormenor de grande importância para a datação da conquista. Na primeira destas doações, Sancho II ordena que os termos de Cacela sejam demarcados dos de Tavira, com esta a ficar com dois terços do território situado entre as duas localidades:

Terminos inter Taviram et Caztalam sint duas partes de quanto termino ibi est de Tavira et tertia alia sit de Caztala sicut vadit de mare usque ad serram et ita sint divisi tam per mare quam per terram (*Sanc. Sec.*, doc. 74)⁹.

Deste detalhe se pode deduzir que Tavira estava sob o domínio de Sancho II e não dos mouros; de outra forma não faria sentido atribuir território a uma fortaleza hostil nem definir os seus termos. Esta interpretação é confirmada pelo teor de outras doações. Na carta de doação de Aiamonte, os limites com as terras ainda ocupadas por muçulmanos são indicados de uma forma grosseira (“contra Gibraleón, contra Huelva, contra Saltes”; *ib.*, doc. 73) e definidos a partir de uma fronteira natural: o Rio Odiel. Na doação de Mértola em 1238 (*ib.*, doc. 67), a demarcação a norte com os castelos cristãos de Moura e Serpa segue o método usado para a divisão entre Tavira e Cacela (2/3 da terra para Mértola e 1/3 para os restantes).

A conquista de Tavira em 1239 por uma *magna multitudo* com uma participação considerável dos freires de Santiago é uma hipótese que se coaduna bem com a conjuntura política do reino. O fim do interdito em julho de 1238 (*ib.*, doc. 60) e o apaziguamento das tensões com os bispos de Braga e Porto (*ib.*, docs 63, 65, 66) permitiram a Sancho II obter no breve intervalo que foi de julho de 1238 até ao final de 1240 a capacidade aglutinadora que lhe faltou durante o seu reinado (FERNANDES 2006: 239-45). É precisamente neste contexto que se documenta uma expedição de grande escala chefiada em pessoa por Sancho II que resulta na conquista de Aiamonte (FERNANDES 2006: 245).

O adiantar da data da captura de Tavira em três anos torna mais crível a narrativa da *CP1419* sobre Silves e Paderne. Estas conquistas resultaram de uma campanha que envolveu efetivos numerosos, incompatíveis com a inferioridade numérica dos cristãos nos tempos em que estavam acantonados em Cacela. Com efeito, Paio Peres dividiu as suas forças em três contingentes com funções táticas distintas: a força sitiante em Paderne, o destacamento que realizou a manobra de diversão contra Estômbar e o corpo principal que

⁹ Em português: “Que os limites entre Tavira e Cacela se façam com duas partes do termo para Tavira e uma terceira para Cacela, isto desde o mar até à serra e que se faça deste modo para o mar como para a terra”.

tomou Silves sob o seu comando. Esta dispersão implicava forças com uma dimensão muito superior às das campanhas anteriores descritas na matéria do Algarve. Como tal, é provável que estas duas conquistas tenham resultado da campanha que Sancho II preparava em fevereiro de 1241. Tal como indicado pelo papa Gregório IX, o rei de Portugal preparava uma hoste poderosa contra o inimigo muçulmano “por terra e por mar”. Esta operação seria chefiada pelo rei ou por “quem por ele for delegado” (*Monumenta Henricina*: vol. I, doc. 50). A formulação do papa adequa-se muito bem ao papel e aos recursos que a *CPI419* atribui a Paio Peres Correia que, note-se, a 14 de outubro de 1241 era ainda Comendador de Alcácer e continuava por Portugal (ANTT, Ord. Avis, doc. 116).

5. O “Martírio”: datação

Como indicam as páginas anteriores, a conquista de Tavira de 11 de junho e a morte dos Sete Mártires de 9 de julho são dois acontecimentos distintos. O primeiro, aliás, antecede o segundo em vários anos. Com efeito, a notícia da morte do comendador-mor e dos companheiros insere-se na redação “2” da *Kalenda*, que é posterior a 1247 (*v. ut supra*). López Fernández (2013: 174) mostrou também que um dos Sete Mártires, o comendador Pedro Peres, ainda era comendador de Segura em “1248 ou 1249”¹⁰, sendo que só em 1251 se documenta a sua substituição (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 686)¹¹.

Porém, López Fernández (2013: 177) interpreta o facto de Pedro Peres ainda estar vivo em 1249 como uma indicação de que Tavira ainda não estava totalmente ocupada pelos cristãos. Para este autor, ou a doação de Tavira por Sancho II à Ordem em 1244 se referia apenas a um domínio parcial exercido pelo rei ou então os mouros conseguiram depois recuperar a cidade para o Islão. No cenário traçado por López Fernández, os Mártires tinham realmente estado na origem da conquista, sob as ordens de Paio Peres Correia, que nos anos de 1248-51 era já “mestre”, tal como o trata a *CPI419* (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2013: 177-9). Contudo, ao salvaguardar a narrativa cronística, a tese de López

¹⁰ Não encontramos na fonte citada por este autor (AHN, Uclès, Cód. 243) qualquer menção ao comendador Pedro Peres.

¹¹ López Fernández afirma também que um outro “mártir”, Álvaro Garcia, se documenta em abril de 1245 (*Sanc. Sec.*: doc. 84). Porém, a leitura do original (ANTT, Gav. I, 2-6) revela uma falha do suporte na 1ª coluna dos confirmantes: abaixo de Paio Peres e acima de Gonçalo Peres, comendador de Mértola, pode ler-se “[...]alv⁹ Garsie”. A falha de suporte cobre quatro ou cinco letras, o que implica que o texto original se referia a um certo [Gundis]alvus Garsie. A abreviatura de *Alvarus* – *alvar⁹* – é uma leitura inviável. Este santiagoista poderá ser Gonçalo Garcia de Sousa, que não era ainda o chefe da linhagem e tão-pouco se casara.

Fernández contradiz os diplomas. Não só, como vimos, os limites de Tavira estavam definidos em maio de 1240 como os termos da sua doação em 1244 não deixam dúvidas de que tinha havido uma transmissão de soberania dos mouros para Sancho II e que as mesquitas foram substituídas por igrejas. O rei de Portugal detém em Tavira “omni jure regali quod ibi habeo et habere debeo et cum toto jure patronatus ecclesiarum” (*Sanc. Sec.*, doc. 81)¹². Aliás, a ocupação cristã não só ergueu igrejas como implicou a deposição do anterior soberano: a *CP1419* dá como “rei” ou “senhor de Tavira” um certo Abenfabola (*Crón. Port.*, cap. 85). Ora, o foral de Tavira de 1266 indica que eram do rei as “casas que fuerunt de Aben Falilia, (...) et ortam que fuit de Aben Falilya”¹³. *Abenfalila* não pode ser outro senão o Aben Fabola da *CP1419*, que foi o último *rais* ou “rei” mouro e foi dele que os direitos régios foram transferidos para Sancho II. Como tal, foi o confronto a 11 de junho, ainda no reinado de Sancho II, que fundou a Tavira cristã.

Do mesmo modo, a hipótese de López Fernández de uma recuperação islâmica é desmentida por dois dados. O primeiro é que a comunidade cristã celebrava o 11 de junho, e não a data do Martírio dos Sete, para comemorar o início da sua fundação ou *povoação*. O segundo é a condição particularmente favorável dos mouros de Tavira sob o domínio português. Uma recuperação islâmica e subsequente reconquista pela força teria como desfecho mais provável a deportação da população islâmica ou a drástica redução dos seus direitos. Ora, uma inquirição sobre os direitos régios, tirada em 1282, mostra que os muçulmanos de Tavira tinham terras e eram mesmo governados por um alcaide próprio (ANTT, Gav. XI, 4-25). Estas condições benignas são difíceis de conciliar com uma recuperação muçulmana pela força das armas e ainda menos com o posterior massacre dos freires. Se o episódio do Martírio não se pode confundir com a conquista anterior, torna-se necessário explicar como é que os Sete foram massacrados perto de Tavira, evento cuja historicidade não oferece dúvidas.

6. O “Martírio”: interpretações

A crítica interna da narrativa do Martírio da *CP1419* revela várias inconsistências. Há desde logo uma incongruência entre a Tavira chefiada por Aben

¹² Ou seja, “Todo o direito real que aí tenho e devo ter e com todo o direito de padroado das igrejas”.

¹³ Entre os bens retidos por Afonso III no foral conta-se todas as “tendas que os reis dos sarracenos tinham no tempo dos sarracenos [...] e [...] as casas que foram de *Aben Falilia*, e o armazém de *Alfeyçam* e a horta que foi de *Aben Falilya*”. *Chanc. Afonso III*, doc. 369.

Fabola, um “lugar poderoso de gentes” que não teme defrontar Paio Peres Correia em campo aberto, e a turba inábil que mal consegue chacinar um punhado de cavaleiros e que deita a perder toda uma cidade. Aliás, as lutas árduas em que a Ordem se envolveu para tomar ou defender castelos e vilas de pouca monta como Moratalla, Hajar ou Chinchilla (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 636) são dificilmente conciliáveis com a captura involuntária de Tavira, com a sua muralha de oito portas (MAIA 2013: 157), população numerosa, com um chefe (“rei”) próprio e com acesso ao mar. A conquista de Tavira, a praça com maior valor militar do Sotavento, é apresentada como acidental e não resulta dos planos de Paio Peres Correia, em contraste com a sua determinação enquanto chefe militar que perpassa na mesma crónica, no vocabulário das doações e, sobretudo, na sua intervenção junto de Fernando III de Castela (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 122, 126). A narrativa tão-pouco contempla a rendição formal por parte do (historicamente documentado) Aben Fabola ou de outras chefias muçulmanas cujas intenções e capacidades tanta importância tiveram nos capítulos anteriores. O episódio contrasta ainda com as restantes narrativas sobre o Algarve da *CPI419* centradas nos planos, condicionamentos e objetivos das operações e oferecendo, por assim dizer, uma perspetiva de “estado maior”.

Antes de se considerar possíveis explicações para as incongruências do episódio, é necessário entender que na década de 1240 Tavira era palco de três conflitos diferentes: dentro do pano de fundo da luta entre as duas religiões, existia a rivalidade estratégica entre Castela e Portugal e, no interior deste país, deflagrou a guerra entre Sancho II e o seu irmão (FERNANDES 2006: 242).

Além destes conflitos, advinha-se nas fontes uma tensão entre a Tavira reconquistada e a própria Ordem de Santiago. Neste cenário, não é certo que os santiaguistas tivessem exercido o senhorio da vila que lhes foi doado em 1244 de forma duradoura (OLIVEIRA 2014: 100-1). A confirmação da doação pelo próprio papa no Concílio de Lyon, em agosto de 1245 (COSTA 2001: doc. 96), sugere que a execução desta doação tardia (relativamente a Cacela) de um rei agora deposto era, pelo menos, contestada. É também possível que esta vila litoral, como outras do país, tenha tomado voz por Afonso III, contra a vontade dos seus senhores santiaguistas. A este respeito deve-se assinalar a presença de duas pedras de armas com o escudo de Portugal (BARROCA 2013b; BARROCA 2013c) sem a bordadura com castelos e, como tal, anteriores a 1253 (BARROCA 2013: 159). Se pelo menos uma destas pedras for de Afonso III e não de Sancho II, então Tavira esteve sob sua autoridade entre 1248 e 1253, ou seja, durante o intervalo crítico para o Martírio. O que é certo é que em 1255, Afonso III confirmou várias doações à Ordem de Santiago, incluindo a de Cacela (*ib.*: doc. 2), mas não a de Tavira. Sabe-se que as relações entre

Afonso III e os cavaleiros de Santiago foram tensas desde o início do reinado (MARQUES 1986: 9-11; LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 177) e que Tavira era um dos pomos de discórdia, como notaram José Marques e Luís Filipe Oliveira (MARQUES 1986: 11-2; OLIVEIRA 2014: 99). Quando deu foral a Tavira, Afonso III refere-se a “todos os direitos retidos pelo rei”, incluindo o de padroado, a que Sancho II expressamente renunciara na Ordem em 1244. Devido a esta questão jurisdicional, a demarcação dos termos entre os concelhos de Cacela, em poder da Ordem, e Tavira foi conflituosa e continuou a ser discutida ainda depois de 1255 (MARQUES 1986: doc. 2). Note-se que este esbulho de Afonso III dos direitos da Ordem fornecia mais um bom pretexto para os reis de Castela intervirem no Algarve.

O lado muçulmano também não constituía um bloco uniforme. Existia, é certo, a figura de Ibn Mahfuz, que se intitulava “rei do Algarve” nos seus *dirhams* e era, como tal, reconhecido na corte castelhana de Afonso X, de quem era vassalo. É, contudo, duvidoso se as pretensões sobre o Algarve tinham mais substância do que palavras escritas no pergaminho da chancelaria castelhana ou cunhadas na prata das suas moedas¹⁴. O seu Reino de Niebla aparenta não ser mais do que um estado-tampão criado pelos castelhanos para travar as ambições portuguesas (ROLDÁN 1992: 168). Faltam vestígios arqueológicos ou textuais (KHAWLI 2013: 141) que mostrem que o domínio de Ibn Mahfuz foi mais do que uma pretensão de circunstância induzida pelos reis de Castela para quem uma suposta cessão dos direitos reais de Ibn Mahfuz no Algarve e a sua vassalidade constituíam pretextos para reclamar as conquistas portuguesas. A *CP1419* sugere que Tavira e Silves eram defendidas pelos seus “reis” autóctones, enquanto na campanha cristã de 1249, Faro esperava socorro dos Merínidas de Além-Mar, e não do suposto rei do Algarve (*Cron. Port.*, cap. 87).

Estas diferentes fraturas manifestaram-se em 1245 com a deposição de Sancho II pelo papa. Na luta contra o seu irmão, bem armado de bulas, cavaleiros exilados e partidários poderosos nas cidades e entre os barões, Sancho II dispôs-se a consideráveis cedências territoriais, incluindo a de praças recentemente reconquistadas para conseguir o apoio de Castela (ROLDÁN 1992: 168). Nos termos da versão da bula *Grandi non immerito* dirigida especificamente às ordens religiosas militares (COSTA 1963: 440, nota 548), a Ordem de Santiago estava obrigada pelo próprio papa a apoiar o Conde de Bolonha. No entanto, a Ordem estava vinculada a Castela e Leão e a comenda

¹⁴ É o que se pode entender da crónica merinida que afirma que em 1246-7 (Ano da Hégira de 645) “entregou Ibn Mahfuz aos cristãos [i.e. a Fernando III] a cidade de Tavira, Loulé, Silves, al-Yuz (Algoz ou Aljezur?), al-Jizana, Marshusha (Marachique?), Paderne, Al-Hurra” (RAMIREZ DEL RIO 2012: 17). Tendo em conta que, pelo menos, Tavira já estava sob o domínio cristão, esta “entrega” deveria referir-se a direitos nominais.

portuguesa continuou na sua órbita, participando mesmo no cerco de Sevilha (SALAZAR 1697: 679).

Em suma, a interpretação dos acontecimentos que estão na origem do Martírio tem de atender a quatro antagonismos que atravessavam Tavira *circa* 1250:

- a) a fronteira entre Cristãos e Mouros;
- b) a rivalidade geopolítica entre Portugal e Castela, com a qual se alinharam Santiago e as pretensões de Ibn Mahfuz;
- c) a luta dinástica entre Afonso III e Sancho II, alinhado com Castela e com a Ordem;
- d) a querela entre Cacela, senhorio da Ordem, e Tavira, concelho de realengo que pertencia *de jure* à Ordem.

O contexto jurisdicional e político de 1248-51 torna mais provável um conflito entre a Tavira afonsina e os santiaguistas do comendador-mor de Segura do que uma luta contra os mouros. Recorde-se que estes parecem ter aqui gozado de um estatuto benigno, incompatível com a possibilidade de terem massacrado cristãos e violado tréguas. De resto, a própria forma narrativa, a memória local e a ideologia subjacente aos escritos recolhidos na *CP1419* tornavam muito apelativa esta solução “rolandiana” de substituir cristãos por mouros. Para audiências separadas por algumas gerações do evento e das questões em torno do Algarve e da Guerra Civil, um massacre cometido por muçulmanos seria muito mais inteligível e apelativo.

Há, no essencial, duas possibilidades de reconstrução dos acontecimentos. A mais coerente com a narrativa é que os Mártires caíram numa escaramuça com os moradores de Tavira. A importância concedida no relato à “gente sem freio” tomada por “sanha” e a menção a um atentado à honra coletiva sugerem um tumulto causado pela população de Tavira em resposta a uma transgressão dos direitos do concelho por parte do comendador-mor. O próprio ato de caçar dentro do termo de Tavira pode ter sido entendido como uma ofensa aos foros do concelho ou a um conflito jurisdicional com a Ordem. Os próprios mouros forros que, como referido, faziam parte da Tavira cristã durante o século XIII, poderão ter sido a parte diretamente afetada ou poderão ter colaborado no massacre.

Além de respeitar as linhas gerais da *CP1419*, esta interpretação tem a seu favor o facto de a *Kalenda*, a fonte mais próxima do acontecimento, não afirmar que a morte dos cavaleiros se deu *in conflictu*, ou seja no contexto de uma operação convencional. Nesta interpretação há, porém, dois elementos pouco plausíveis: a presença do comendador-mor de Castela no Sotavento e o lugar do massacre ficar nas Antas, longe da base santiaguista de Cacela. Como

se verá, a interpretação alternativa valoriza estes dois dados.

A segunda hipótese sugere um confronto convencional no qual o comendador-mor de Segura integraria um contingente castelhano e que encontrou a morte ao enfrentar forças fiéis a Afonso III no contexto da Questão do Algarve. Com efeito, em 1250 o infante de Castela Afonso atacou o Algarve (MACÍAS 1998: 999-1000) e seria admissível trazer com ele de Castela o comendador-mor e os freires-cavaleiros, como sugerem os nomes dos Mártires. Uma terceira hipótese valoriza a posição das Antas na estrada que vai para Faro, interpretando o Martírio como uma tentativa fracassada dos santiaguistas de submeter Faro em nome do rei de Castela, ainda antes de março de 1249. Com efeito, na sequência da doação de Ibn Mahfouz, Fernando III poderia ter enviado de Sevilha o comendador-mor de Segura para atravessar o Reino de Niebla e os termos de Aiamonte e Cacela, no intento de capturar Faro. Um confronto entre santiaguistas e mouros de Faro em julho de 1248 ajudaria a explicar que Afonso III se tenha precipitado sobre Faro logo no início de 1249.

7. O Martírio: da memória à historiografia

Se o acontecimento concreto que deu origem ao massacre continua envolto em dúvidas, a transfiguração dos imprudentes freires-cavaleiros em mártires venerados é compreensível à luz das tensões da sociedade taviense dos séculos XIII e XIV. O culto dos mártires, cujo sacrifício dava origem à comunidade, era comum nas cidades reconquistadas (PICOITO 2006: 58). A memória do 11 de junho pelos tavienses indica que Tavira não esquecer a sua fundação e que celebrava os que tinham caído para a conduzir à “pia liberdade”, eloquente termo escolhido por Inocêncio IV (*Livros dos Copos*, doc. 96).

É possível que este culto distinguisse na *magna multitudo* dos mortos os cinco cavaleiros de Santiago assinalados pela *Kalenda* (v. *supra*). Se assim foi, o culto fundacional venerava um grupo de cavaleiros de Santiago, com o qual os Sete Mártires se poderiam mais tarde associar e confundir. Com ou sem estes antecedentes, o culto dos Sete estava associado ao monumento funerário erguido na igreja matriz, como se percebe pela Visitação de 1518. O grau de pormenor com que os nomes e estatutos precisos dos mártires e o local do martírio foram conservados, quer na vila quer nas crónicas, é um sinal quase certo que o *monumento* tinha uma inscrição, forçosamente muito diferente da atual¹⁵. Parte do seu teor primitivo pode deduzir-se da Visitação:

¹⁵ A atual não refere os nomes e anuncia a presença das ossadas de Paio Peres Correia. Possivelmente, a inscrição continha os nomes dos mártires, a data da sua morte e uma referência à tomada da cidade pelo mestre. As

Na ombreira da capela mor está um altar dos Mártires com um monumento com sete escudos de fora, os quais mártires são um comendador-mor da Nossa Ordem de Santiago com cimquo cavaleiros da dita Ordem e hum mercador que morrerão todos juntos polla fee de NS com cuja morte se ganhou esta çidade de Tavilla aos Mouros que há entam tinham pollo Mestre Dom Payo Pyrez Correa que nesse tempo era Mestre (CORREIA 1996: 182).

A construção deste monumento é datável com alguma confiança do período que vai de janeiro de 1272, data em que a Ordem de Santiago obteve enfim de Afonso III o padroado da igreja de Santa Maria, doado por Sancho II em 1244 (*Liv. Copos*, doc. 98), até janeiro de 1275, mês da morte de Paio Peres Correia (LÓPEZ FERNÁNDEZ 2010: 83). O acordo com Afonso III não garantiu a ocupação pacífica do padroado pela Ordem, já que a igreja matriz foi um foco de tensão em Tavira. As disputas, com momentos de violência, entre a Ordem de Santiago e o bispo de Silves em 1302 e em 1349 (*Liv. Copos*, docs. 233 e 235) mostram como lavrava em Tavira uma hostilidade contra a paróquia de Santa Maria ou, pelo menos, contra o seu padroeiro.

A igreja de Santa Maria tinha também os seus devotos. Uma inscrição de 1293 assinala que certas obras na igreja foram subsidiadas por um certo Pedro Foupana (BARROCA 2000: 1096). A devoção deste rico tavirense evoca um outro aspeto importante da narrativa: o mercador mártir. O gesto modelar do mercador Garcia Rodrigues de trocar as riquezas terrenas pelo tesouro eterno não é desconhecido na hagiografia do século XIII e encarna precisamente o caminho de santificação oferecido aos mercadores seus contemporâneos (VAUCHEZ 1988: 271). Nas décadas a seguir à conquista cristã, Tavira, tal como em portos do Algarve como Albufeira, Faro ou Silves, acolhia um considerável movimento comercial marítimo (*Chanc. Afonso III*, doc. 205, 366, 367, 400). O corolário desta atividade era a preeminência social dos mercadores, tal como indica um par de instrumentos públicos da primeira metade do século XIV¹⁶. Como tal, compreende-se o desenvolvimento de um culto que celebrava o desprendimento evangélico de um mercador, seja na perspetiva moralizadora que entende Vauchez (1988), seja no sentido de exaltar a figura de um companheiro de mester por parte da comunidade mercantil. De uma forma ou outra, há alguns elementos para considerar que entre mercadores

Memórias Sepulcrais que foram ordenadas pela Real Academia de História para todo o país poderiam resolver a questão. Em conversa particular, foi-nos referida a sobrevivência desta fonte numa coleção privada, à qual, para mal da ciência, não tivemos acesso porque está a ser preparada para publicação.

¹⁶ Ver documentos na nota seguinte.

de Tavira e cavaleiros de Santiago havia alguma proximidade¹⁷. A comunhão entre freires-cavaleiros e mercadores que a narrativa apresenta no campo das Antas refletia provavelmente a rivalidade comum contra o bispo, o concelho ou os oficiais do rei ou, em alternativa, um vínculo paroquial ou devocional dos mercadores à igreja de Santa Maria.

Não estão reunidos dados suficientes para datar o momento em que o culto dos “novos” mártires sepultados na igreja de Santa Maria se fundiu com culto originário dos mártires (de 11 de junho). É possível que em 1339 os Mártires enterrados em Santa Maria já tivessem ganho um estatuto tutelar, como sugere a menção aos “sete marteres que morerom por homra da fee de Jhesu Christo ho dia que esta vila foy ganhada aos mouros” do guardião dos franciscanos de Tavira a Afonso XI de Castela na *CP1419* (*Crón Port.*, 257). A formulação “ho dia que esta vila foy ganhada” indicia, por um lado, que a relação de causalidade entre o Martírio e a conquista da *CP1419* ainda não se tinha consolidado mas, por outro, que a assimilação entre os velhos e os novos mártires já estava concluída. Tomava forma uma narrativa das origens que, como se percebe pela procissão solene de 1518, era capaz de unir todo o povo, esquecido de tensões ultrapassadas. Assim, das interrogações e conhecimentos locais tomava forma uma versão local que seria mais tarde confiada à escrita e recolhida junto com outros materiais pelo autor da *CP1419*.

8. Notas Finais

Ficam apresentadas razões para concluir que a conquista de Tavira teve lugar a 11 de junho de 1239. A morte dos Sete Mártires ocorreu cerca de uma década depois, num dia 9 de julho entre 1248 e 1251. A concordância de duas fontes independentes com o nome dos indivíduos mortos e com o dia e, sobretudo, o facto de um dos indivíduos, Pedro Peres comendador de Segura, estar vivo pelo menos até 1248 tornam esta conclusão robusta. O alegado Martírio ocorreu no contexto da Questão do Algarve e da ingerência castelhana na difícil sucessão de Sancho II, sendo duvidosa uma participação muçulmana. A atribuição da conquista de Tavira à campanha de 1239 ajuda a esclarecer o último tramo da Reconquista portuguesa para o qual as fontes disponíveis são escassas, lacunares e discordantes. A *Kalenda* de Uclès indica que a ocupação deste exigiu uma operação de grande envergadura em que a comenda portuguesa da Ordem de Santiago teve uma participação relevante

¹⁷ *Liv. Copos*, docs. 100 (mercador de Tavira Estevão Lourenço, testemunha um aforamento de terras da Ordem em 1356) e 213 (o mercador Pedro Machado é testamenteiro do santiagouista Nicolau Martins em 1319).

mas junto com forças muito mais vastas que só a autoridade régia poderia reunir (HENRIQUES 2004: 74). A transmissão de soberania entre o “rei” local Aben Fabola e Sancho II indicia que esta foi uma conquista definitiva. Datar a queda de Tavira de 1239 permite enquadrar melhor os feitos atribuídos a Paio Peres Correia pelas crónicas com os seus dados biográficos documentados. Com efeito, as importantes conquistas de Paderne e Sines podem ser datadas do verão 1241 e atribuídas à grande campanha que se preparava no inverno anterior e que deveria ser chefiada pelo rei ou pelo seu representante que, como argumentado, era quase certamente Paio Peres Correia, à altura ainda era comendador de Portugal.

Os resultados obtidos contribuem ainda para a crítica externa à “matéria do Algarve” recolhida na *CP1419*. A narrativa da tomada de Tavira não nasceu de um artifício do cronista de 1419, demasiado tardio para a cruzar com outras fontes e demasiado distante para se interessar por conflitos locais. Antes tem a sua origem na tentativa local de harmonizar as suas origens, celebradas a 11 de junho, com um acontecimento posterior de escasso significado estratégico mas ampla relevância local: a morte do comendador-mor de Castela e dos seus companheiros de armas a 9 de julho. A assimilação entre a conquista e o Martírio é um erro histórico que respondia às tensões de Tavira dos séculos XIII e XIV mas que não impediu que a narrativa mantivesse factos comprovados (como a existência de Aben Fabola). Ficou também reforçada a ideia de que a sua perspetiva sobre as campanhas de Paio Peres está condicionada por temas polémicos ainda vivos em 1419: a Guerra Civil de 1245-8 e a Questão do Algarve.

Por fim, é necessário entender que a narrativa recolhida na *CP1419* tinha na sua origem uma função social: é o relato fundacional da comunidade (PICOITO 2006: 58-62). Abre uma janela para o que Luís Krus chamou de “memória social” para as vilas portuguesas nascidas da Reconquista. A morte do comendador e dos seus companheiros, episódio inconsequente do ponto de vista militar ou político, foi transformada em Tavira numa narrativa agregadora de uma comunidade vivamente interessada nas suas origens. Longe de ser uma invenção arbitrária ou oportunista, a narrativa do Martírio integrou testemunhos e personagens históricas de diferentes origens que o presente trabalho procurou reconstituir criticamente.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Historico Nacional (Madrid), Uclés, códices 231, 236-B, 931-B.
Arquivo Municipal de Tavira, Livro de Registo ou Reforma dos Tomos da

Câmara, Lv. 1.

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Gavetas, I, 2-6, XI, 4-25.

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Ordem de Avis, doc. 116.

Fontes publicadas

Chancelaria de D. Afonso III (2006-2011). António Resende de Oliveira e Leontina Ventura (eds.). Coimbra: Imprensa da Universidade.

Crónica de Portugal de 1419 (1998). Adelino de Almeida Calado (ed.). Aveiro: Editora da Universidade.

Livro dos Copos (2006). Paula Pinto Costa (ed.). Porto: Fundação Eugénio de Almeida.

Monumenta Henricina (1960). M. Lopes de Almeida (ed.). Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante.

Sancius Secundus Rex Portugalensis. A Chancelaria de D. Sancho II (1223-1248) (2010). Sandra Bernardino (ed.). Coimbra: Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra.

Bibliografia

BARROCA, Mário Jorge (2000). *Epigrafia Medieval Portuguesa*. Lisboa: FCG.

BARROCA, Mário Jorge (2013). “As quatro faces de Rodrigo Sanches”. *Portvgalia. Nova Série*, vol. 34, 151-189.

BARROCA, Mário Jorge (2013b). “232 – Pedra com o Escudo de Armas do Reino de Portugal”. *Tavira Território e poder*. Lisboa: MNA, 313.

BARROCA, Mário Jorge (2013c). “233 – Pedra com o Escudo de Armas do Reino de Portugal”. *Tavira Território e poder*. Lisboa: MNA, 313.

BARROCA, Mário Jorge (2013d). “234 – inscrição da Porta do Alfeição da Muralha de Tavira”. *Tavira Território e poder*. Lisboa: MNA, 313.

CORREIA, Fernando Calapez (1996). “Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve (1517-1518)”. *Al’-Ulyā*, n. 5, 1-265.

COSTA, António Domingues de Sousa (1963). *Mestre Silvestre e Mestre Vicente: juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*. Braga: Editorial Franciscana.

FERNANDES, Hermenegildo (2006). *D. Sancho II: Tragédia*. Lisboa: Círculo de Leitores.

HENRIQUES, António Castro (2004). *A Conquista do Algarve: o Segundo*

- Reino. Lisboa: Tribuna da História, 2ª ed..
- KHAWLI, Abdallah (2013). “Los Cristianos en Tavira El Dominio Santiaguista”. *Tavira Território e poder*. Lisboa: MNA, 131-146.
- LÓPEZ FERNÁNDEZ, Manuel (2010). *Pelay Perez Correa: Historia y Leyenda de un Maestre Santiaguista*. Badajoz: Diputacion.
- LÓPEZ FERNÁNDEZ, Manuel (2013). “Los Cristianos en Tavira El Dominio Santiaguista”. *Tavira Território e poder*. Lisboa: MNA, 171-182.
- MACHADO, José Pedro (1979). “Crónica da Conquista do Algarve (Texto de 1792)”. *Anais do Município de Faro*, VIII, 1-36.
- MACÍAS, Pablo (1998). “El problema historiográfico de los Algarves luso-castellanos: la organización social de un espacio y de una frontera, 1245-1281”. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, II, 15 (2), 987-1018.
- MARQUES, José (1986). “Os Castelos Algarvios da Ordem de Santiago no Reinado de D. Afonso III”. *Caminiana*, VIII (13), 9-32.
- MOREIRA, Filipe Alves (2013). «A Crónica de Portugal de 1419»: fontes, estratégias e posteridade. Lisboa: FCG.
- OLIVEIRA, Luís Filipe (2014). “A Ordem de Santiago em Portugal: a Conquista das Terras do Sul (sécs. XII–XIII)”. *Cuadernos de Estepa*, nº 3, 89-102.
- PICOITO, Pedro (2006). “Os Sete Cavaleiros de Tavira. História de um Culto Local”, in *V Jornadas de História de Tavira*. Tavira: Câmara Municipal, 51-71.
- RAMÍREZ DEL RÍO, José (2012). “Al-Dajira al-saniyya: una fuente relevante para el siglo XII en la Península Ibérica”. *Al-Qanṭara*, 33 (1), 7-44.
- SALAZAR Y CASTRO, Luis de (1697). *Historia genealogica de la Casa de Lara: justificada con instrumentos y escritores de inviolable fe. Livro V*. Madrid: Imprenta Real.
- VAUCHEZ, André (1988). ““Homo mercator vix aut numquam potest Deo placere”: quelques réflexions sur l’attitude des milieux ecclésiastiques face aux nouvelles formes de l’activité économique au XIIe et au début du XIIIe siècle”, in *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes*, 19 (1), 211-217.

